



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS)			
PROCESSO Nº: 867/2023		SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento	
EMPREENDEDOR: Stinguel Comércio de Areia e Serviços LTDA		CNPJ: 22.184.063/0001-88	
EMPREENDIMENTO: Stinguel Comércio de Areia e Serviços LTDA		CNPJ: 22.184.063/0001-88	
MUNICÍPIO: Aimorés/MG		ZONA: Urbana	
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 74/04):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
A-03-01-8	Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil	3	0
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:  Hugo Alcântara Soares		REGISTRO:  CREA MG 200346D	
AUTORIA DO PARECER		MATRÍCULA	ASSINATURA
Ledi Maria Gatto Analista Ambiental		365472-0	Assinado eletronicamente
Paula Agda Lacerda Marques Gestora Ambiental		1332576-6	Assinado eletronicamente
De acordo:  Larissa Medeiros Arruda Diretora Regional de Regularização Ambiental		1332202-9	Assinado eletronicamente



### **Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS)**

O empreendimento Stinguel Comércio de Areia e Serviços LTDA, atuará no ramo de mineração (dragagem de areia), exercendo suas atividades no município de Aimorés/MG. Em 27/04/2023 foi formalizado, na Superintendência Regional de Meio Ambiente Leste de Minas, o Processo Administrativo de Licenciamento Ambiental de nº 867/2023, via Relatório Ambiental Simplificado (RAS), elaborado pelo Engenheiro Civil e Ambiental Hugo Alcântara Soares – ART MG 202319770 57.

O empreendimento operará a atividade de “Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil” com produção bruta de 38.160 m³/ano, prevista retirada da areia por meio de uma dragagem no Rio Doce. O empreendimento foi classificado de acordo com a Deliberação Normativa COPAM 217/2017 com o porte Médio e a classe 3 e não possui fator locacional resultante, justificando a adoção do procedimento simplificado.

O polígono do empreendimento, de acordo com o processo minerário, fica dentro do Rio Doce, localizado no município de Aimorés - MG. O Processo Minerário é o nº 830.914/2011.

O local onde se almeja instalar o empreendimento está nas planícies fluviais dos rios Doce e Manhuaçu, caracterizada por áreas urbana planas, e localizado próximo à confluência dos rios Manhuaçu e Doce, que é local sujeito a enchentes. Apreende-se, pois, que a dragagem do leito do rio Doce, a jusante da barra do rio Manhuaçu, apresenta-se benéfica à comunidade local por implicar em maior capacidade de escoamento das águas.

A área do empreendimento encontra-se inserida nos domínios litológicos do granito Caladão que, juntamente com o charnockito padre paraíso, compõem a Suíte Intrusiva Aimorés que, por sua vez encontra-se associada a granitos tardia pós-tectônicos da suíte G5 da folha Conselheiro Pena-São Gabriel da Palha.

O empreendimento realiza a atividade de extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil. Portanto, não há geração de resíduos atrativos para aves ou que causem foco aviário.

O método de lavra é a céu aberto por meio de Dragagem em leito de rio. O beneficiamento do minério é por peneiramento associado a dragagem. As áreas de apoio possuem sistema de drenagem por meio de canaletas em solo e tubos de PVC e bacias de decantação. A areia é armazenada em pilhas temporárias a céu aberto.

O número de funcionários do setor de produção é de 3 pessoas e do setor administrativo é 1. Foi apresentada Autorização para Intervenção Ambiental - AIA nº: 100.01.0048805/2022-19 para Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em 0,207117 hectares em Área de Preservação Permanente – APP com uso pretendido na Mineração, atividade de Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil. No mesmo documento consta as condicionantes para mitigar os impactos causados pela referida intervenção, as quais, o empreendedor deverá apresentar seu cumprimento no devido processo de AIA.



Consta no processo, a Outorga ANA nº 1794 de 08/09/2021 para fins de Mineração - Extração de Areia/Cascalho no leito do Rio Doce; Coordenadas Geográficas Centrais: S 19° 29' 29,30" W 41° 4' 56,70".

Para consumo humano a água provém do SAAE- Aimorés. Também possui uma Certidão de Uso Insignificante Nº 362847/2022 para Captação de água subterrânea por meio de poço manual (cisterna) no ponto de coordenadas geográficas de latitude 19° 29' 32,14"S e de longitude 41° 4' 57,3"W, para fins de umidificação de via e areia, Paisagismo, Irrigação.

Os principais equipamentos que serão utilizados na operação são: caminhão basculante; pá carregadeira; draga hidráulica equipada com bomba 6° e motor 355/6 à diesel; barco de n-madeira para 02 pessoas, tubos de aço 6°, peneiras.

### **Principais Impactos Ambientais:**

Risco de assoreamento do curso d' água; Retorno do material extraído para o corpo hídrico; efluentes sanitários; ruídos; riscos de contaminação do solo; material particulado; geração de resíduos sólidos; Efluentes oleosos e/ou do óleo usado coletado.

### **Medidas Mitigadoras:**

Monitoramento das medições de ruído ambiental externo; instalar bandejas coletoras de óleo e extintores de incêndio na draga flutuante; monitoramento de águas superficiais; realizar dragagem uma distância segura da margem; a dragagem deverá ser direcionada aos bancos de areia localizados no leito, mantida uma distância segura das margens; na atividade de extração não fazer uso de escavadeiras ou quaisquer outros equipamentos que possam fazer modificações nas margens; posicionar o ponto de descarga do sistema de drenagem em um ponto situado sobre o espelho d'água, além do talude da margem.

O sistema de tratamento das águas superficiais a ser implantado visa, essencialmente, aos seguintes objetivos: coletar as águas superficiais provenientes do processo de dragagem e/ou precipitação pluviométrica e conduzi-las, de forma ordenada, até os pontos de descarga no leito do rio, de modo a evitar o escoamento de sedimentos para o corpo hídrico. Além de servir à coleta das águas superficiais, o sistema de drenagem deverá ser capaz de promover a contenção dos sólidos em suspensão na água, mediante a decantação dos mesmos – empregando-se para tal fim um sistema de decantação em dois estágios constituído de uma bacia para retenção de areia (ou 1ª bacia de decantação) e uma caixa de decantação (ou 2ª bacia de decantação), que tem a função de coletar o material que transborda pela parte superior da 1ª bacia. Na bacia de retenção, localizada junto à base da peneira, quebra-se a energia do fluxo de água e faz-se a retenção da areia passante na peneira, devendo a mesma possuir dimensão capaz de suportar todo o volume de sólidos provenientes do processo produtivo e de situações em que ocorram precipitações extremas por período que seja bastante para assegurar um efluente apto a ser enviado para a caixa de decantação, aonde deve ocorrer a retenção do material particulado fino.

Então, uma vez decantado o material fino, o efluente tratado poderá retornar ao curso d'água de origem com mínimos impactos de assoreamento e elevação da turbidez da água, sendo, para isso, conduzido em tubos de pvc com saída posicionada em ponto sobre o espelho d'água (nunca na margem).



A caixa de decantação deverá ser construída em alvenaria nas dimensões (3 x 2 x 1), observada a necessidade de conter dois compartimentos

Na interligação entre a bacia de retenção e a caixa de decantação deverão ser empregados canos de PVC de 200 mm, que também poderá ser usado para conduzir o efluente até o ponto de descarga. O projeto também prevê a instalação de sistema de drenagem superficial periférico destinado a impedir o carreamento de sólidos para fora do perímetro da área licenciada e o mesmo sendo interligado à rede de drenagem em um ponto localizado anteriormente à 2ª bacia de decantação.

Os efluentes sanitários gerados pelo empreendimento compreendem os efluentes oriundos das instalações sanitárias/refeitório. Considerando o total de 4 funcionários na operação do empreendimento, a geração média de efluentes domésticos foi estimada em 200 litros/dia (média mensal aproximada 3,30 m³/mês). Para o tratamento, optou-se pela aquisição e instalação de equipamento biodigestor com capacidade para 500 litros/dia e a instalação de unidades complementares; como a geração do efluente é por batelada, tem-se que a volumetria do biodigestor é suficiente e o sistema não é sobrecarregado. A finalidade dos biodigestores é criar um ambiente ideal para o desenvolvimento da cultura microbiana para que a fração orgânica seja degradada, sendo os resultados da fermentação anaeróbia o biofertilizante e o biogás.

As manutenções da pá carregadeira e do motor da draga flutuante utilizadas no empreendimento serão realizadas em oficinas mecânicas de terceiros, devidamente licenciadas, sendo as mesmas responsáveis pela coleta e destinação desse tipo de resíduo. Não obstante, as seguintes medidas deverão implementadas: minimização os vazamentos de lubrificantes e combustíveis através da adoção de inspeções periódicas nos equipamentos; maximização do tempo de troca dos lubrificantes nos compartimentos dos equipamentos através de análises de óleo.

Cita-se, ainda, que outros impactos ambientais relevantes não foram identificados e registrados no RAS, fato este que corrobora para o posicionamento técnico favorável à concessão da licença ambiental pleiteada.

Conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), a equipe interdisciplinar da Superintendência Regional de Meio Ambiente Noroeste de Minas – SUPRAM NOR – sugere o deferimento da concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento “Stinguel Comércio de Areia e Serviços LTDA”- ANM 830.914/2011” para a atividade de “Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil”, produção bruta de 38.160 m³/ano, no município de Aimorés/MG, pelo prazo de 10 anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo neste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.



## ANEXO I

### Condicionantes da Licença Simplificada LP+LI+LO do Empreendimento Stinguel Comércio de Areia e Serviços LTDA

Item	Descrição das Condicionantes	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da Licença
02	Apresentar, anualmente, relatório técnico-fotográfico, que comprove a implantação e execução das ações propostas nos programas, planos e projetos apresentados, com respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	Durante a vigência da Licença
03	Realizar disposição adequada das sucatas e dos resíduos sólidos gerados no empreendimento, conforme Lei Estadual nº 18.031/2009, bem como destinar os filtros de óleos, estopas e sedimentos contaminados a empresas que possuam regularização ambiental e manter os recibos da destinação no empreendimento para atendimento de eventuais fiscalizações.	Durante a vigência da Licença
04	Realizar aspersão de água nos acessos internos e pátios do empreendimento periodicamente, sempre que necessário, a fim de mitigar a emissão de poeira.	Durante a vigência da Licença
05	Comprovar, por meio de relatório técnico-fotográfico, a instalação do biodigestor para tratamento dos efluentes sanitários gerados no empreendimento.	Antes do início da operação
06	Instalar bandejas coletoras de óleo e extintores de incêndio na draga flutuante, comprovar através de relatório fotográfico enviado a SUPRAM Leste de Minas	Antes do início da operação
07	Apresentar a comprovação do término da instalação do empreendimento, por meio de relatório técnico descritivo e fotográfico da efetiva implantação dos sistemas de controle ambiental.	Antes do início da operação.

\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.



## ANEXO II

### Programa de Automonitoramento da Licença Simplificada LP+LI+LO do empreendimento Stinguel Comércio de Areia e Serviços LTDA

#### 1. Monitoramento das Águas Superficiais – Rio Doce

Realizar Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais nos pontos, parâmetros e frequência apresentados na tabela abaixo. As análises deverão estar em conformidade com a Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERHMG nº01/2008.


Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Rio Doce à montante e à jusante dos limites do empreendimento	Cor, óleos e graxas Sólidos Sedimentáveis, Sólidos Suspensos e Turbidez	<u>Semestral</u>

**Relatórios:** Enviar anualmente à SUPRAM Leste de Minas até o dia 10 do mês subsequente, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem, além da produção industrial e do número de empregados no período. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do § 2º, do art. 3º, da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

*Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.*

#### 2. Resíduos Sólidos e Oleosos

	GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Subsecretaria de Regularização Ambiental Superintendência Regional de Meio Ambiente Noroeste de Minas	PT LAS RAS SLA nº 867/2023 07/07/2023 Pág. 7 de 8
---	--	--

Apresentar, **semestralmente**, relatório de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados conforme quadro a seguir ou, alternativamente, a DMR, emitida via Sistema MTR-MG.

**Prazo:** seguir os prazos dispostos na DN Copam 232/2019.

RESÍDUO				TRANSPORTADOR		DESTINAÇÃO FINAL			QUANTITATIVO TOTAL DO SEMESTRE  (tonelada/semestre)			OBS.
Denominação e código da lista IN IBAMA 13/2012	Origem	Classe	Taxa de geração (kg/mês)	Razão social	Endereço completo	Tecnologia (*)	Destinador / Empresa responsável		Quantidade Destinada	Quantidade Gerada	Quantidade Armazenada	
							Razão social	Endereço completo				

(\*)1- Reutilização

6 - Co-processamento

2 – Reciclagem

7 - Aplicação no solo

3 - Aterro sanitário

8 - Armazenamento temporário (informar quantidade armazenada)

4 - Aterro industrial

9 - Outras (especificar)

5 - Incineração

### - Observações

- O programa de automonitoramento dos resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG, que são aqueles elencados no art. 2º da DN 232/2019, deverá ser apresentado, semestralmente, em apenas uma das formas supracitadas, a fim de não gerar duplicidade de documentos.
- O relatório de resíduos e rejeitos deverá conter, no mínimo, os dados do quadro supracitado, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.
- As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor.
- As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor, para fins de fiscalização.

### IMPORTANTE



- Os parâmetros e frequências especificadas para o programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da SUPRAM NOR, face ao desempenho apresentado;
- A comprovação do atendimento aos itens deste programa deverá estar acompanhada da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), emitida pelo(s) responsável(eis) técnico(s), devidamente habilitado(s).

### 3. Ruídos

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Em pontos localizados nos limites da área externa do empreendimento de acordo com NBR 10.151/2000.	dB (decibel)	<u>Anual</u>

**Relatórios:** Enviar, anualmente, a SUPRAM Leste de Minas os resultados das análises efetuadas, acompanhados pelas respectivas planilhas de campo e de laboratório, bem como a dos certificados de calibração do equipamento de amostragem. O relatório deverá conter a identificação, registro profissional, anotação de responsabilidade técnica e a assinatura do responsável pelas amostragens. Deverão também ser informados os dados operacionais.

As análises deverão verificar o atendimento às condições da Lei Estadual nº 10.100/1990 e Resolução CONAMA nº 01/1990.





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SUPRAM NOROESTE DE MINAS - Diretoria Regional de  
Regularização Ambiental

Parecer Técnico SEMAD/SUPRAM NOROESTE-DRRA nº. 102/2023

Unaí, 10 de julho de 2023.

<b>Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) - Parecer Técnico SEI Nº69363800</b>			
<b>PROCESSO Nº:</b> 867/2023		<b>SITUAÇÃO:</b> Sugestão pelo Deferimento	
<b>EMPREENDEDOR:</b> Stinguel Comércio de Areia e Serviços LTDA		<b>CNPJ:</b> 22.184.063/0001- 88	
<b>EMPREENDIMENTO:</b> Stinguel Comércio de Areia e Serviços LTDA		<b>CNPJ:</b> 22.184.063/0001- 88	
<b>MUNICÍPIO:</b> Aimorés/MG		<b>ZONA:</b> Urbana	
<b>CÓDIGO:</b>	<b>ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 74/04):</b>	<b>CLASSE</b>	<b>CRITÉRIO LOCACIONAL</b>
A-03-01-8	Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil	3	0
<b>CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:</b>  Hugo Alcântara Soares		<b>REGISTRO:</b>  CREA MG 200346D	
<b>AUTORIA DO PARECER</b>		<b>MATRÍCULA</b>	<b>ASSINATURA</b>
Ledi Maria Gatto Analista Ambiental		365472-0	Assinado eletronicamente
Paula Agda Lacerda Marques Gestora Ambiental		1332576-6	Assinado eletronicamente

De acordo: Larissa Medeiros Arruda Diretora Regional de Regularização Ambiental	1332202-9	Assinado eletronicamente
--	-----------	-----------------------------



Documento assinado eletronicamente por **Ledi Maria Gatto Oppelt, Servidor(a) Público(a)**, em 10/07/2023, às 14:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paula Agda Lacerda da Silva, Servidor(a) Público(a)**, em 10/07/2023, às 14:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Larissa Medeiros Arruda, Diretor (a)**, em 10/07/2023, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **69365356** e o código CRC **70F9237C**.